



Nº 28 – julho/2016



Reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Encccla. Imagem: Isaac Amorim/MJC

Vem de algumas edições mais recentes da Encccla a percepção de que a efetividade de políticas de combate à corrupção passa pelo aperfeiçoamento das estruturas governamentais de controle interno, principalmente nos estados e municípios. A Ação 3 de 2016 (*Criar diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos sistemas estadual e municipal de controle interno*) partiu do princípio de que, a despeito dos esforços desenvolvidos nos últimos anos, há um grave déficit de referências mínimas para o funcionamento dessas estruturas, e que, portanto, a qualidade e eficiência do combate à corrupção deveria passar pela definição de diretrizes que visassem à modernização institucional das áreas de controle interno.

Em 9 de junho, o grupo de trabalho da Ação 3 concluiu suas atividades, atingindo o produto final previsto na XIII Plenária da Encccla. Após três reuniões que envolveram apresentações, propostas e debates, sob coordenação da Controladoria-Geral da União – atual Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle –, foi aprovada a versão final de um [documento contendo 29 diretrizes](#) para implementação e funcionamento dos sistemas de controle interno nos estados e municípios. As diretrizes foram divididas em cinco segmentos (competências, recursos, práticas profissionais, atividades de controle, comunicação de resultados), e têm como alvo não apenas as unidades de controle interno envolvidas com atividades de auditoria, mas também as que exercem a correição, a ouvidoria ou a controladoria. Destaca-se, dentre outros elementos, a preocupação com a qualidade dos quadros profissionais, traduzida em diretrizes que preconizam a atuação de servidores públicos efetivos, inclusive nos cargos de chefia e direção, e a aplicação de critérios técnicos para o provimento quando esses cargos, excepcionalmente, forem ocupados por outros servidores.

Importante notar que muito concorreu para o adiantamento dos resultados da Ação a contribuição do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). Apresentando as conclusões de detalhada pesquisa, o

Conselho fundamentou o diagnóstico do grupo ao demonstrar, entre outros fatores, que praticamente metade dos órgãos de controle interno não possui metodologia definida de execução do trabalho nem apresenta resultados relativos a seus desempenhos, e que as condições para execução das atividades são, atualmente, bastante inadequadas. Além disso, contribuíram decisivamente o trabalho de diagnóstico realizado pelo Ministério Público de Santa Catarina – apresentado ao grupo pelo CNMP –, com foco na realidade dos municípios, e o documento "[Controle interno: instrumento de eficiência dos jurisdicionados](#)", da Atricon, por meio do qual se consolida a visão da necessidade de referenciais de procedimentos e práticas.

Em reunião realizada em 30 de junho, o Gabinete de Gestão Integrada da Enccla aprovou a divulgação do documento de diretrizes, cujo download pode ser feito por meio [deste link](#). Espera-se que os colaboradores da Enccla divulguem o documento em seus sítios na internet e em suas redes de contatos, a fim de que o produto final da Ação 3 tenha capilaridade e efetividade.

*Secretaria Executiva*

# CURTAS

## Enccla – Agenda de Reuniões

- **25/07/2016** – Quinta reunião da **Ação 4**. Coordenador: Ajufe. Colaboradores: Abin, ADPF, AGU, AMAERJ, AMB, ANPR, CADE, CGU, CJF, CNMP, CVM, DPF, Gncoc, MPF, MPSP, MRE, RFB e TCU. Local: DRCI/SNJ, às 14.
- **27/07/2016** – Quinta reunião da **Ação 9**. Coordenador: COAF. Colaboradores: Abin, ADPF, Ajufe, ANPR, BCB, CGU, CJF, CNMP, CVM, DPF, DRCI/MJ, Gncoc, INSS, MPF, MRE, PGFN, RFB, Susep e TSE. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **27/07/2016** – Quinta reunião da **Ação 10**. Coordenador: COAF. Colaboradores: Abin, ADPF, AGU, Ajufe, AMB, ANPR, BCB, CNJ, CNPG, CVM, DPF, DRCI/MJ, DREI/SEMPE, MPF, MRE, PC/SP, RFB e Susep. Local: DRCI/SNJ, às 14h30.
- **28/07/2016** – Quarta reunião da **Ação 12**. Coordenador: SG/PR. Colaboradores: ADPF, Ajufe, ANPR, BCB, CGU, CNMP, Coaf, CVM, DPF, Febraban, Gncoc, MPRJ, MPSP, MPPR, MPF, RFB, Senad/MJ, SEGES/MP e TCU. Local: DRCI/SNJ, às 11h05.
- **01/08/2016** – Quarta reunião da **Ação 8**. Coordenador: SEGES/MP. Colaboradores: ADPF, AGU, Ajufe, Ampcon, Atricon, BCB, BNDES, CADE, CNJ, CNMP, CGU, Coaf, Conaci, CVM, DPF, DREI/SEMPE, Gncoc, INSS, MPF, MPSP, MTPS, PGFN, PC/SP, PC/SC, Senasp/MJ, RFB, Rede-LAB, TCU e TSE. Local: Tribunal de Contas da União, às 9h30.
- **02/08/2016** – Quarta reunião da **Ação 2**. Coordenador: Seges/MP. Colaboradores: Ajufe, BNDES, CADE, CGA/SP, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CNMP, Casa Civil/RS, MD, MPF, MTPS. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.

## Conheça as Ações Enccla 2016

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)*

# MATÉRIAS

[AGU – Advocacia-Geral da União](#)

## Projeto de órgão da AGU recupera mais de R\$ 720 milhões para os cofres públicos



24/06/2016 - Quase R\$ 3,8 bilhões protestados e mais de R\$ 728,2 milhões recuperados para os cofres públicos. Esse é o balanço do projeto do Protesto Extrajudicial de Certidões da Dívida Ativa da União (CDAS), criado em 2013 pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) que representa a União em causas fiscais e é responsável pela cobrança de créditos tributários e não-tributários.

O protesto extrajudicial é uma forma de cobrança em que se dá publicidade à dívida por meio da inscrição da dívida em cartório. Segundo a definição prevista no artigo 1º da Lei do Protesto (nº 9.492/1997), é “o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida”.

Entre março de 2013 a outubro de 2015, a PGFN enviou a protesto 839,9 mil inscrições, com valor consolidado de R\$ 3,79 bilhões. Desse total, foram recuperados ao erário R\$ 728,26 milhões em 167,2 mil inscrições.

### **Eficiência, agilidade e transparência**

Segundo a procuradora da Fazenda Nacional Renata Gontijo D’Ambrosio, o protesto é um mecanismo de cobrança indireta que tem se mostrado efetivo. “O índice de recuperação é alto em comparação com as demais formas diretas de cobrança tributária. Desde março de 2013 até outubro de 2015, alcançou o patamar de 19,2%”, afirma. O percentual de recuperação é especialmente expressivo quando comparado ao da execução fiscal, que gira em torno de 1%.

D’Ambrosio destaca não só a eficiência do mecanismo, mas também a velocidade da recuperação do valor protestado. “Trata-se de um instrumento de cobrança bastante célere. Estima-se que, em geral, entre o envio da inscrição a protesto e o seu pagamento ou parcelamento, transcorre-se um prazo de apenas três meses”, aponta.

A procuradora ressalta, ainda, a repercussão social da divulgação das dívidas fiscais, ao permitir que os agentes econômicos possam ponderar se desejam negociar ou não com devedores da Fazenda Pública.

“O sigilo de débitos tributários poderia gerar distorções e concorrência desleal, pois, aos olhos do mercado e da sociedade, muitos devedores concorreriam em igualdade de condições ; seja em negócios privados, seja em licitações - com aqueles contribuintes que se esforçam em cumprir as suas obrigações. Portanto, a divulgação decorrente do protesto possui enorme importância, tanto econômica, quanto social”, assinala.

## O projeto

O projeto do Protesto Extrajudicial de Certidões da Dívida Ativa da União começou em 2013 em decorrência da alteração na lei 9.492 de 10 de setembro de 1997, com a inserção da possibilidade de protesto de CDAS da União.

Inicialmente, o protesto se limitava às certidões de dívida ativa com valor consolidado inferiores a R\$ 20 mil. Porém, desde novembro de 2015, com a alteração da Portaria PGFN nº 429 que excluiu o limite valorativo para envio a protesto, a procuradoria passou a encaminhar a protesto CDAS de até R\$ 1 milhão.

*Filipe Marques*

*Fonte: Assessoria de Comunicação AGU*

*Foto: Divulgação/AGU*

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

### **Ação 5 da Enccla discute programas de integridade em contratações públicas**

05/07/2016 - O desembargador federal Fausto Martin De Sanctis representou a Ajufe na quinta reunião da Ação 5 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada no dia 28 de junho em Brasília/DF.

O objetivo central da Ação 5 é propor a criação de mecanismos que incentivem a adoção de programas de integridade em contratações públicas, para fortalecer os instrumentos de governança, integridade e de controle. A reunião foi coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Durante o encontro, foram discutidas as duas propostas legislativas apresentadas nos encontros anteriores. A primeira, de cunho coletivo (CADE, MTEC, MJ e SEGES/MP), pediu alterações na Lei nº 12.846/13, para acrescentar dispositivo que possibilita a exigência de adoção de programa de integridade nos contratos administrativos da administração pública”.

A segunda, proposta pela Ajufe, também pediu a alteração da Lei n. 12.846/13, mas tornando obrigatória a exigência de programa de integridade para a contratação com a administração pública em geral.

Para o representante da Ajufe, a obrigatoriedade seria de extrema importância para o texto proposto: “o artigo 4º, inciso VIII, do Decreto 8.420/2015 estabelece a obrigatoriedade das empresas evitarem fraudes em licitações e a faculdade (Proposta Coletiva) implicaria numa norma não cogente e pouco efetiva”, explicou Fausto De Sanctis.

Após a proposta ser debatida pelos representantes das entidades presentes, a Ajufe apresentou a versão abaixo:

*Altera a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, para acrescentar disposições que tornam obrigatória a exigência de programa de integridade para a contratação com a Administração Pública em geral.*

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a alteração à Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, a saber:*

*CONSIDERANDO que, conforme previsão do caput do artigo 37 da Constituição Federal, as licitações destinam-se a garantir a observância do princípio da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável devendo seguir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhes são correlatos,*

***Sanciona:***

*Art. 1º Fica acrescido o art. 2º-A a Lei N. 12.846, de 1º de agosto de 2013:*

*“Art. 2º-Os chamamentos de licitação, como editais, avisos e demais comunicados de ordem oficial, para a contratação com a Administração Pública deverão prever incentivos aos que possuam programas efetivos*

*de integridade, comprovados pelo interessado-contratante mediante certificação por empresa reconhecidamente idônea, nos termos de Ato do Poder Executivo”.*

*Art. 2º O Poder Executivo terá cento e oitenta (180) dias para regulamentar o disposto no artigo 1º”.*

*Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Ficou decidido então, que os participantes da Ação 5 terão até o dia 12 de julho para encaminhar propostas sobre regulamento que incluam incentivos para fins de desempate, certificação e, eventual estabelecimento de “exigência” de programa de integridade para contratações de grande vulto. A próxima reunião do grupo, marcada para o dia 26 deste mês, irá discutir a versão final desse texto.

*Fonte: AJUFE*

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

### **Reunião da Enccla debate anteprojeto de lei sobre os programas de *whistleblower***

30/06/2016 - Coordenada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), a Ação 4 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) realizou sua quarta reunião nesta quarta-feira (29), na sede do DRCI, em Brasília (DF). Os representantes dos órgãos que compõem a Ação 4 debateram a elaboração de um anteprojeto de lei para implantação de um sistema brasileiro de proteção e incentivo ao cidadão no auxílio dos órgãos públicos no combate a corrupção e fraudes públicas.

De acordo com o coordenador do grupo, o desembargador federal Márcio Rocha, foram discutidos temas referentes ao anteprojeto de lei, com ênfase nas medidas para proteger os denunciante de possíveis retaliações. Os colaboradores também definiram um procedimento para a atuação dessas comissões e para estabelecerem quais seriam seus poderes para cessar as retaliações e eventualmente punir os empregadores e/ou agente público que retaliar os denunciante.

“Debatemos o fluxograma da atuação das comissões de recebimento de relatos, na relação de como oferecer proteção às possíveis retaliações sofridas pelos “*whistleblowers*” perante as relações de trabalho, tanto no setor privado quanto no público”, disse Márcio Rocha.

Além da proteção, a reunião tratou das formas de incentivo aos denunciante. “O anteprojeto prevê que o *whistleblower*, que será chamado na legislação de “reportante”, receba uma premiação pela sua colaboração, com base nos valores recuperados de atos de fraudes públicas e corrupção e também com o percentual das multas que forem aplicadas”, comentou o desembargador federal.

Como resultados da Ação 4, os coordenadores irão ofertar um anteprojeto com as sugestões levantadas pelos representantes da ABIN, AMB, ANPR, ADPF, AGU, CADE, CGU, CNMP, CVM, DPF, MPF, do MP/SP, MRE, RFB e TCU. Foi definido também que será realizado, nos dias 19 e 20 de setembro, um seminário internacional sobre o *whistleblower* com a participação de especialistas norte-americanos e europeus. O evento será realizado na sede da Seção Judiciária de Santa Catarina, em Florianópolis (SC).

*Fonte: AJUFE*

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

### **Enccla discute recomendações do GAFI sobre as estratégias para levantamento de dados**

24/06/2016 - A juíza federal Sylvania Marlene de Castro Figueiredo representou a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) na 4ª reunião da Ação 10 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada no dia 14 de junho, na sede do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, em Brasília (DF).

O encontro teve como objetivo a análise das recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), sob o aspecto da efetividade e discussão sobre estratégias para levantamento de dados.

No início do encontro os representantes das entidades participantes da Ação 10 destacaram a necessidade de se apurar os dados e o modo de se apresentar as estatísticas para um bom exame da efetividade do cumprimento das recomendações do GAFI. Entretanto, registrou-se que a falta de levantamento de dados, o que dificulta a avaliação das recomendações, sob o enfoque da efetividade.

Sobre o confisco de bens oriundos de ações criminais em geral, e não apenas de lavagem de dinheiro, as representante da Ajufe e da ANPR levantaram a hipótese de se trabalhar uma proposta legislativa, no sentido de criar hipótese legal para a utilização de bens confiscados antes do trânsito em julgado da sentença, da mesma forma que está se executando a pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado, com base no posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), como já é feito nas ações de tráfico de drogas, em que há previsão legal para o uso dos bens apreendidos no decorrer no processo.

Outra preocupação citada por Sylvania durante o encontro foi sobre a necessidade de se uniformizar a forma de alimentação dos bancos de dados em níveis federal e estadual, para que a estatística reflita a real situação das ações realizadas em nosso País. "Assim, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), que coordena a Ação 10, mencionará na próxima reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) do Ministério da Justiça a necessidade de atenção especial à questão do levantamento e uniformização de dados, cujo tratamento deverá envolver necessariamente os órgãos estaduais", comentou.

*Fonte: Assessoria de Comunicação AJUFE*

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

## **Enccla conclui ação sobre sistemas de controle interno de Estados e municípios**

21/06/2016 - A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) esteve presente na última reunião da ação 3 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada no dia 9 de junho, no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, em Brasília (DF). A Ajufe foi representada pelo juiz federal Saulo José Casali.

Coordenada pela CGU, a ação 3 da Enccla se propôs criar diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos sistemas estadual e municipal de controle interno, contemplando os seguintes aspectos: definição das macrofunções; atividades; estruturas e vinculação hierárquica; área de atuação; diretrizes metodológicas; disponibilização de conteúdos na internet e definição de indicadores de desempenho.

Em sua exposição, o representante da Ajufe informou aos presentes acerca das normas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o controle interno no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e também apresentou sugestões de alteração e de redação em relação às diretrizes aprovadas.

A CGU fez breve recapitulação sobre o histórico dos trabalhos do grupo e deu início à discussão sobre o texto proposto para cada uma das diretrizes, em número total de 29, divididas em cinco segmentos temáticos. Após os integrantes chegarem ao consenso, o documento foi aprovado como produto final da ação.

Para o ano seguinte, o grupo propôs que seja discutida a utilização das diretrizes como base para proposição normativa sobre a implantação e o funcionamento dos sistemas de controle interno, bem como propõe que se discuta a criação de ranking estadual e municipal relativo à qualidade desses sistemas, nos moldes da Escala Brasil Transparente, da CGU, e do Ranking Nacional da Transparência, gerido pelo MPF com base em metodologia desenvolvida no âmbito da ação 4/2015 da Enccla.

*Fonte: Assessoria de Comunicação AJUFE*

## Ação da Enccla discute priorização de investigações criminais



21/06/2016 - A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) participou da 5ª reunião da ação 7 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) no dia 8 de junho, no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, em Brasília (DF).

A associação foi representada no encontro pelo juiz federal Daniel Marchionatti Barbosa. A ação 7 da Enccla se propõe a elaborar estudos sobre a eficácia da persecução penal em face do princípio da obrigatoriedade.

Durante a reunião, o grupo de trabalho debateu a possibilidade de estabelecer ordem de prioridade das investigações criminais. De acordo com o representante da Ajufe, o objetivo é ter uma estratégia de enfrentamento da criminalidade, evitando que o volume grande de ocorrências impeça o sucesso das investigações.

“O grupo de trabalho conta com participação ou apoio de especialistas de várias áreas de atuação - Ministério Público, Polícias, Magistratura, Academia, Sociedade Civil. A Ajufe é parceira na adoção de estratégias de enfrentamento da criminalidade, e entendemos que soluções conciliatórias podem ser mais eficazes para evitar novas ocorrências do que a punitiva”, comentou Daniel.

Os próximos passos do grupo de trabalho será levantar estatísticas sobre ocorrências criminais em todo o país, o que embasará um seminário para debater a questão, e elaborar um diagnóstico completo e encaminhar propostas de mudança.

*Fonte: Assessoria de Comunicação AJUFE*

*Foto: AJUFE*

[AMB- Associação dos Magistrados Brasileiros](#)

## AMB apoia “Declaração Brasileira contra a corrupção” em seminário sobre casos criminais

29/06/2016 - Depois de três dias de debates, foi aprovada nesta quarta-feira (29) a “Declaração de Brasília contra a corrupção”. O documento, que lista 14 medidas que devem subsidiar a atuação do sistema de justiça no combate à corrupção, foi divulgado no fim do seminário “Grandes casos criminais: experiências italiana e perspectivas do Brasil”, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e que contou com o apoio da AMB, entre outras entidades.

A vice-presidente de Prerrogativas da AMB, Hadja Rayanne de Alencar, participou do encerramento do evento representando o presidente João Ricardo. “A carta que fechou o seminário expressa os pensamentos da AMB, comprometida em cumprir seu papel no combate à corrupção e vigilante para impedir retrocessos na independência judicial”, afirmou.

A “Declaração de Brasília contra a Corrupção” foi lida pelo secretário de Cooperação Internacional da Procuradoria Geral da República (PGR) e membro do Grupo de Trabalho em Crime Organizado, Vladimir Aras, ao lado do colega procurador regional da República Douglas Fischer, coordenador do grupo de trabalho que atua na Operação Lava-Jato. “É preciso consolidar os avanços de tudo o que vimos aqui”, disse Aras em referência aos três dias do evento que contou com autoridades brasileiras e italianas que

discutiram e relataram ações realizadas e dificuldades enfrentadas em grandes casos criminais, como as operações Lava-Jato e Mãos Limpas.

Dentre os 14 pontos da declaração, defendeu-se o fortalecimento do princípio acusatório no processo penal brasileiro para permitir que juízes e membros do Ministério Público garantam os direitos de acusados, vítimas e sociedade. Além disso, a declaração repudia as tentativas de modificar a legislação que regula os acordos de colaboração premiada, "para impedir que acusados privados de liberdade colaborem com a Justiça, como legítima estratégia de defesa e como forma de reduzir suas penas ou de melhorar suas situações carcerárias".

A declaração demonstra a preocupação em relação aos movimentos que tentam modificar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) que passou a admitir a execução penal da sentença condenatória após o trânsito em julgado em segunda instância.

A mesa de encerramento foi composta, ainda, pelo presidente da Ajufe, Roberto Veloso; a presidente da Conamp, Norma Cavalcanti; e o presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti.

## Programação

Representando a AMB, o juiz Orlando Faccini Neto palestrou no último dia do seminário no painel que discutiu a Jurisprudência e o enfrentamento à Corrupção. Ele disse que o evento permitiu a interação entre profissionais do Direito de Brasil e Itália, e que trocas de experiências como essas são fundamentais, principalmente nos tempos atuais. "Tive a honra de debater em mesa presidida pelo ministro Luís Roberto Barroso, e procurei apontar algumas apreensões que decorrem deste verdadeiro câmbio de paradigma, ocorrente quando o Direito Penal passa a incidir num âmbito em que frequentemente não aparecia. A presença da AMB no evento é significativa, para demonstrar que o combate à corrupção e a construção de saídas para este momento de crise constituem preocupação inequívoca dos juízes", destacou.

Confira a **Declaração de Brasília contra a Corrupção** na íntegra clicando [AQUI](#).

*Fonte: AMB*

## AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros

### **AMB participa de 4ª reunião da Ação 1 da Enccla**

23/06/2016- Na manhã desta quinta-feira (23), o diretor-tesoureiro adjunto da AMB, Mauro Caum, representou a entidade na 4ª reunião da Ação 1 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, em Brasília.

No encontro, os participantes discutiram a validação das métricas adaptadas para os Ministérios Públicos, Legislativos e Tribunais de Contas, a aplicação da avaliação nos Tribunais de Contas, além da validação da métrica adaptada para o Judiciário.

A próxima reunião está prevista para julho. A data ainda não definida.

## Transparência

A Ação 1 da Enccla surge para avaliar a transparência nos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas da União. Coordenada pela Controladoria Geral da União (CGU), o objetivo da Ação é aumentar a efetividade do sistema preventivo de lavagem de dinheiro e da corrupção. A AMB está entre as entidades colaboradoras para o encaminhamento da Ação 1.

*Fonte: AMB*

## Grupo Técnico da Enccla propõe diretrizes para controle interno



14/06/2016 - Na última quinta-feira, dia 9 de junho, foi realizada em Brasília (DF) a terceira e última reunião do grupo de trabalho da Ação 3 "Criar diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos sistemas estadual e municipal de controle interno", da Enccla – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, que contou com a participação do presidente do Conaci, Roberto Amoras.

Como produto, o grupo elaborou proposta para apreciação e aprovação do plenário da Enccla de diretrizes para o controle interno, contemplando os seguintes aspectos: definição das macrofunções; atividades; estruturas e vinculação hierárquica; áreas de atuação; disponibilização de conteúdos na internet e definição de indicadores de desempenho. Segundo o coordenador do grupo de trabalho, Sergio Filgueiras, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, foram traçadas 29 diretrizes, que, juntas, formam um arcabouço mínimo para a implantação da área de controle interno nos municípios.

Para chegarem à proposta final, dois produtos do Conaci foram fundamentais instrumentos de apoio e subsídio: "O Panorama do Controle Interno no Brasil – Conaci 2014" e as "Diretrizes do Conaci", juntamente com o diagnóstico obtido com o Programa Unindo Forças – Fortalecimento dos Controles Internos Municipais, do Ministério Público de Santa Catarina. "Nos debruçamos sobre os principais problemas para discutir as possíveis soluções, consolidando um conjunto de diretrizes que consideramos minimamente ideal para a implantação de um controle interno", ressalta Filgueiras.

Tais diretrizes propostas foram agrupadas em cinco temas para melhor compreensão e apresentação: Competências e Posicionamento; Práticas Profissionais, Recursos Humanos e Materiais; Atividades de Controle e Comunicação dos Resultados. "Nosso desafio não será dar publicidade às recomendações, mas sensibilizar os dirigentes públicos quanto à importância da implantação do controle interno em suas estruturas, uma vez que o controle precisa ser encarado como parceiro no alcance dos objetivos municipais e na busca de melhorias significativas para a sociedade local", disse. Vencida essa etapa, para o próximo ano, a ideia é que seja lançado um ranking de avaliação dos municípios por grau de atendimento às diretrizes recomendadas.

### Participação do Conaci

Para Amoras, participar da Enccla, que reúne mais de 60 órgãos e entidades, é de suma importância para o Conaci, que assim cumpre uma das metas de seu Plano Estratégico, consolidando-se institucionalmente. "Por meio da participação na Ação 3 da Enccla, é fato a comemorar que também cumprimos nossa missão que é fortalecer o Controle Interno no Brasil. As diretrizes propostas estão todas aderentes às do nosso Conselho e ainda obtemos consenso, naquele fórum qualificado, de entidades, para as quatro macrofunções que compõem o Controle Interno, o que corrobora o acerto de nossos conceitos e estratégias", afirma Amoras.

Vale ressaltar que além da participação na Ação 3 da Enccla, cujo representante titular é o presidente Amoras, tendo o vice-presidente Antonio Cesar Cavalcanti como suplente, o Conaci integra outras três

iniciativas estratégicas: a Ação 1, que visa avaliar a transparência nos poderes Legislativo, Judiciário e Tribunais de Contas, representada pelo ouvidor-geral do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro; a Ação 5, voltada para criação de mecanismos que incentivem a adoção de programas de integridade em contratações públicas, representada pelo secretário de Estado e Controle e Transparência do Espírito Santo, Eugênio Ricas; e a Ação 8, que trabalha no mapeamento de informação e base de dados úteis para a prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, cujo representante é o auditor-geral do Estado da Bahia, Luis Augusto Peixoto Rocha.

A Enccla foi criada em 2003 com o objetivo de contribuir para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no País, por iniciativa do Ministério da Justiça, e consiste na articulação de diversos órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a esses ilícitos penais.

Atualmente, cerca de 60 órgãos e entidades fazem parte da Enccla, como Ministérios Públicos, Policiais, Judiciário, órgãos de controle e supervisão – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), Tribunal de Contas da União (TCU), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Susep, Banco Central do Brasil (Bacen), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Advocacia Geral da União (AGU), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), bem como o próprio Conaci.

*Informações para a imprensa:*

*Tríade Comunicação*

E-mail: [comunicacao@conaci.org.br](mailto:comunicacao@conaci.org.br) / [triade@triadecomunicacao.com.br](mailto:triade@triadecomunicacao.com.br)

Telefone: (27) 3225-0099

[CJF- Conselho da Justiça Federal](#)

## **CJF edita novo ato que garante mais transparência às suas atividades**

30/06/2016 - O Conselho da Justiça Federal (CJF), por meio da Portaria 2016/000228, passa a disponibilizar o acesso público ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA-DOC). A decisão foi assinada pela vice-presidente do CJF, ministra Laurita Vaz, e tem como premissa fortalecer a transparência dos atos e procedimentos que tramitam no órgão a quem possa interessar, sejam magistrados e servidores da Justiça Federal, entidades e organizações públicas ou privadas, e o cidadão. A nova regra entra em vigor dia 1º de julho de 2016, data de publicação da Portaria.

Os usuários externos serão autorizados a acessar o sistema após cadastramento prévio, realizado por meio de formulário eletrônico disponibilizado pelo CJF. Aos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), o acesso ao sistema será livre. Os processos eletrônicos também estarão liberados para consulta pública, sem prejuízo do atendimento presencial nas unidades do Conselho.

Ainda de acordo com a Portaria, o interessado que apresentar requerimento ao Conselho para acompanhar algum processo, será notificado da autuação, distribuição e inclusão na pauta, além do resultado do julgamento do feito. Diante da nova norma, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do CJF prepara-se para disponibilizar a ferramenta de acesso ainda no mês de julho.

Na mesma linha de se garantir a publicidade dos processos administrativos e transparência das atividades do Conselho, recentemente o Colegiado aprovou Resolução que determina que as sessões de julgamento do CJF e da Turma Nacional de Uniformização (TNU) sejam transmitidas ao vivo pela internet (Processo N. CJF-ADM-2013/00201).

Leia [aqui](#) a íntegra da Portaria CJF-POR 2016/00228.

Fonte: CJF



30/06/2016 - A utilização de força-tarefa pode ajudar polícias estaduais no combate à corrupção, ao ver do conselheiro Arnaldo Hossepian, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A avaliação foi feita no seminário Grandes Casos Criminais: Experiência Italiana e Perspectivas no Brasil, na terça-feira (28/6), promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O objetivo do encontro, que durou três dias, foi subsidiar linhas de atuação para o Ministério Público e o Poder Judiciário para enfrentamento ao problema.

O debate reuniu nomes como o antropólogo Luiz Eduardo Soares e o ex-magistrado do Ministério Público da Itália e ex-deputado italiano Antonio di Pietro. Pietro foi um dos promotores da operação Mãos Limpas — que denunciou casos de corrupção no país na década de 1990 e durou cerca quatro anos. Ele abriu sua apresentação com foco na experiência italiana no combate a desvios de recursos públicos.

O conselheiro afirmou que, no caso do Brasil, ações de combate à corrupção revelam a importância da integração entre as instituições como o Ministério Público, a magistratura e o corpo policial, não apenas em esfera federal, mas também na estadual. “A ideia das força-tarefa pode ser uma solução até para o combate da violência urbana”, defendeu.

A monitoração do patrimônio de agentes públicos também pode prevenir casos de corrupção, de acordo com Hossepian. “Não há razão para os órgãos correcionais não adotarem isso de modo sistemático, não apenas quando há uma suspeita. Parece-me um protocolo a ser adotado em toda nossa estrutura administrativa”, defendeu. A proposta foi endossada pelo ex-magistrado italiano Di Pietro.

O conselheiro citou estudo da Universidade de São Paulo (USP) que apontou que 15% das condenações por improbidade administrativa envolveram enriquecimento ilícito entre 2005 e 2010. “Procuró trazer o que a experiência nos mostra, para que possamos melhorar a qualidade do serviço público, não apenas quando estamos frente a uma situação repressiva, mas com protocolos cautelares. Quem ingressa no setor público saberá que está submetido a esse tipo de controle”. Fixar mandados para dirigentes de corregedorias foi outra sugestão do conselheiro.

Segundo Hossepian, o padrão ético que orienta as relações brasileiras deve mudar. “É um trabalho longo. Mesmo na Itália, é uma tarefa inacabada. Esperamos uma ação mais proba do gestor público. Para isso, além das punições, o Poder Público precisa desenvolver mecanismos adequados para que a prevenção passe a ser algo efetivo”, completou.

*Isaías Monteiro*  
*Agência CNJ de Notícias*



30/06/2016 - O conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público Fábio George Cruz da Nóbrega (foto) participou nesta quinta-feira, 30 de junho, da 3ª Reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). O evento, que tratou do acompanhamento das treze ações da ENCCLA em 2016 e da preparação para as reuniões de planejamento de ações para 2017, aconteceu no Ministério da Justiça e Cidadania, em Brasília/DF.

Além do conselheiro, que representa o CNMP na ENCCLA, estiveram presentes na reunião o ministro da Justiça e Cidadania (MJ), Alexandre de Moraes, e representantes de instituições, como Ministério Público Federal (MPF), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Advocacia Geral da União (AGU), Banco Central do Brasil (BCB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho da Justiça Federal (CJF), entre outras.

## ENCCLA

A ENCCLA foi criada em 2003, por iniciativa do Ministério da Justiça, como forma de contribuir para o combate sistemático à lavagem de dinheiro no País. Consiste na articulação de diversos órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com o objetivo de identificar e propor seu aprimoramento.

A Estratégia realiza reuniões bimestrais do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que consiste em um grupo de 25 órgãos participantes com o objetivo de acompanhar a execução das ações, bem como propor as ações e recomendações a serem discutidas nas reuniões plenárias.

Foto: Sérgio Almeida (Ascom/CNMP).  
Assessoria de Comunicação Social  
Conselho Nacional do Ministério Público  
Fone: (61) 3315-9424  
[jornalismo@cnmp.mp.br](mailto:jornalismo@cnmp.mp.br)  
Twitter: [cnmp\\_oficial](#)  
Facebook: [cnmpoficial](#)

## Seminário reúne ministro do STF e acadêmicos em debate sobre jurisprudência e combate à corrupção



29/06/2016 - A jurisprudência e o enfrentamento à corrupção foram os assuntos discutidos na mesa de debates da manhã desta quarta-feira, 29 de junho, durante o "Seminário Grandes Casos Criminais: Experiência Italiana e Perspectivas no Brasil". O evento, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é realizado no auditório do Ministério Público Militar (MPM), em Brasília/DF. Presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, a mesa de palestras foi composta pelo professor universitário italiano Jácopo Paffarini e pelo diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, Joaquim Falcão.

Na ocasião, o ministro do STF Luís Barroso falou a respeito do "momento positivo de transformação para o país". Para ele, o Brasil pode passar por uma mudança de patamar: "podemos deixar de ser um país intermediário para sermos um grande país". Ao abordar a "espantosa e inacreditável teia de corrupção que se instalou no Brasil", ele criticou a distorção entre a ética pública e a ética privada e elencou as disfunções que induzem a corrupção brasileira: o patrimonialismo, o oficialismo, o inegalitarismo e o autoritarismo. Os mecanismos de financiamento eleitoral, a impunidade e o foro privilegiado foram citados pelo ministro como causas dos quadros de corrupção instaladas no país, os quais serão superados por meio de "legislação, atitude e jurisprudência".

Em sua abordagem, Jácopo Paffarini fez um recorte histórico dos perfis constitucionais de luta contra corrupção na Itália desde 1992. Ele comentou as similaridades e as diferenças entre as operações de investigação Mãos Limpas e Lava Jato, com enfoque nas relações entre o Poder Político e o Poder Judiciário. "Mãos Limpas foi a ponta de um iceberg ao final de uma crise de cultura política na Itália. A relação entre partidos políticos e empreiteiras era algo estrutural", explicou Paffarini. Ainda para o professor, a crise no modelo de desenvolvimento italiano desembocou em uma crise econômica nos anos 90, de modo que a sociedade civil perdeu a confiança na política.

Jácopo Paffarini falou também sobre a questão da imunidade parlamentar na constituição italiana, o financiamento público de partidos políticos, a reforma parlamentar e os conflitos históricos entre magistratura, política e opinião pública na Itália. "Se quisermos que operações como Mãos Limpas e Lava Jato continuem avançando, elas devem ser conduzidas seguindo a constituição", concluiu.

O professor Joaquim Falcão iniciou a exposição prestando uma homenagem ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a quem atribuiu a qualidade da "ousadia da coragem". Ele estruturou a fala em quatro frentes: o contexto geral sobre o tema da mesa, a operação Lava Jato, o papel do STF e o mercado. Falcão disse que "a Lava Jato trabalha com fatos, mais do que com interpretações de fatos". Em relação às investigações criminais e combate à corrupção, ele ainda destacou que "a sociedade e a opinião pública não querem mais apenas observar, querem participar". Sobre o papel do STF, o professor declarou que "o STF é o gestor das incertezas sociais institucionalizadas". O professor encerrou a palestra observando os novos desafios da democracia, com destaque para a presença da imprensa livre e da tecnologia.

## Debates

A fim de dar prosseguimento às discussões, juntaram-se à mesa o conselheiro do CNMP Marcelo Ferra, o advogado Erick Venâncio e o juiz de Direito e representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Orlando Faccini Neto. O conselheiro Marcelo Ferra afirmou que em um evento como o seminário “não se debatem apenas instrumentos de combate à corrupção e combate à impunidade; mas serve para verificar situações que já ocorreram no passado e em outros países, e que poderão ser importadas para o Brasil e gerar medidas”.

O conselheiro do CNMP valorizou o aspecto da conscientização da população acerca da corrupção e afirmou que a jurisprudência “está mais firme”, de modo que as pessoas se deparam com medidas que não surtiriam resultado no passado. “A sensação de impunidade que vivemos durante décadas fez com que a opinião pública trouxesse importantes fundamentos do Poder Judiciário”, disse Erick Venâncio. Orlando Faccini falou sobre o instituto da delação premiada, opinando que ele deve ser avaliado com cautela sob o risco de “estimular criminosos da elite”.

Ao final do debate, o procurador da República e diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESPMU), Carlos Henrique Lima, assumiu a presidência da mesa e encerrou os trabalhos da manhã. O “Seminário Grandes Casos Criminais: Experiência Italiana e Perspectivas no Brasil” tem continuidade durante a tarde desta quarta-feira, 29 de junho.

Mais informações: [www.cnmp.mp.br/grandescasos](http://www.cnmp.mp.br/grandescasos)

*Foto: Sérgio Almeida (Ascom/CNMP).*

*Assessoria de Comunicação Social*

*Conselho Nacional do Ministério Público*

*Fone: (61) 3315-9424*

[jornalismo@cnmp.mp.br](mailto:jornalismo@cnmp.mp.br)

[COAF- Conselho de Controle de Atividades Financeiras](#)

### **IPHAN abre Consulta Pública sobre norma de prevenção à lavagem de dinheiro**

28/06/2016 - Com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil no assunto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) abriu no dia 10 de junho, prazo para manifestações à sua minuta de portaria sobre a definição de procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT) a serem observados por pessoas físicas ou jurídicas que comercializem antiguidades e/ou obras de arte de qualquer natureza.

Cabe ao Iphan regular e fiscalizar o setor do comércio de obras de arte e antiguidades, por efeito dos artigos 26 e 27 do Decreto-Lei nº 25/1937 e da Instrução Normativa nº 01/2007. Dessa forma, acrescido da competência estabelecida pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, o Instituto, agora, assume as competências de definir ao setor do comércio de obras de arte e antiguidades as regras e obrigações decorrentes das ações de PLD/FT.

[Acesse](#) mais informações sobre a Consulta Pública.

*Fonte: COAF*

## Moraes participa de reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção



*Representantes de 25 órgãos que atuam conjuntamente no enfrentamento a esse crime fizeram um balanço das ações propostas para o ano de 2016. "Combate à corrupção é prioridade", destacou o ministro.*

Brasília, 30/6/16 – O ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, participou, nesta quinta-feira (30), da sua primeira reunião com o grupo de instituições que compõem o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla).

Moraes teve acesso ao balanço das atividades desenvolvidas em 2016 e propôs encaminhamentos para diversas ações que serão finalizadas em dezembro, durante a Reunião Plenária anual da Enccla. O evento irá reunir os mais de 60 órgãos que, juntos, atuam no enfrentamento aos crimes contra o patrimônio público.

“Estando à frente do Ministério da Justiça e Cidadania, tenho como total prioridade a questão do combate à corrupção. A Enccla é um exemplo de como podemos avançar na luta contra esse crime, atuando de forma articulada e coordenada com diversos órgãos e instituições”, afirmou o ministro.

Entre os resultados mais recentes alcançados pela Enccla está a criação de uma metodologia de avaliação que resultou em um ranking de todos os governos estaduais e municipais de acordo com o grau de adesão de seus portais na internet à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Acesso à Informação.

Após articular com todos os envolvidos, o Índice Nacional de Transparência aumentou cerca de 31%, subindo de 3,92 para 5,15 pontos. A previsão é que esse índice cresça mais e passe a englobar os poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas nos próximos anos.

Os trabalhos desenvolvidos pela Enccla desde 2003 já trouxeram uma vasta gama de resultados positivos para o combate aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro no Brasil. Entre eles destacam-se anteprojetos e propostas de alterações a projetos de lei; o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD); o Cadastro Nacional de Clientes do Sistema Financeiro (CCS); o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA); e a Rede de Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Rede – LAB).

Ministério da Justiça e Cidadania

[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)

[flickr.com/JusticaGovbr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovbr/)

[Twitter/justicagovbr](https://twitter.com/justicagovbr)

[www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)

## **10 Medidas: Câmara dos Deputados pode votar o PL 4850 até 9 de dezembro**

*Na data, celebra-se o Dia Internacional Contra a Corrupção*



Representantes do Ministério Público Federal (MPF), do Judiciário e de entidades da sociedade civil se reuniram nesta terça-feira, 19 de julho, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para discutir a tramitação do Projeto de Lei nº 4.850/2016, que reúne as 10 Medidas Contra a Corrupção. Durante o encontro, foi definido que o dia 9 de dezembro (Dia Internacional Contra a Corrupção) será um marco na tramitação do PL. O objetivo é fazer com que a proposta seja votada pela Câmara dos Deputados na data. A reunião contou com a participação dos procuradores da República Vladimir Aras e Ronaldo Queiroz, e do relator do PL, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Rodrigo Maia afirmou que uma das prioridades de sua gestão à frente da Câmara será acompanhar o trabalho da Comissão Especial que trata do Projeto de Lei 4.850/2016. Ele lembrou que assinou a proposta das 10 Medidas e disse que é necessário avançar na legislação que promove o combate à corrupção. “Mais do que impulsionar projetos que façam o país sair da crise econômica, a Câmara quer atender esse clamor da sociedade por mudanças. Quero colocar as 10 Medidas em votação antes do término do meu mandato”, afirmou.

Segundo o relator do PL, deputado Onyx Lorenzoni, um cronograma de trabalho está sendo desenvolvido pela Comissão Especial e deve ser apresentado até o dia 2 de agosto. “Vamos analisar cada ponto do projeto e, para isso, vamos chamar as categorias envolvidas e a sociedade civil”, acrescentou.

Além de Vladimir Aras e Ronaldo Queiroz, participaram da reunião o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, o vice-presidente, Humberto Jacques de Medeiros, e o diretor de Assuntos Legislativos, Ângelo Goulart Vilela. Também estiveram presentes o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, a presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Lucieni Pereira da Silva, o vice-presidente do Observatório Social do Brasil (OSB), Rodrigo Chia e o diretor de mobilização do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), Everton Kischlat.

*Fonte: ANPR*

*Foto: João Américo/Secom/PGR*

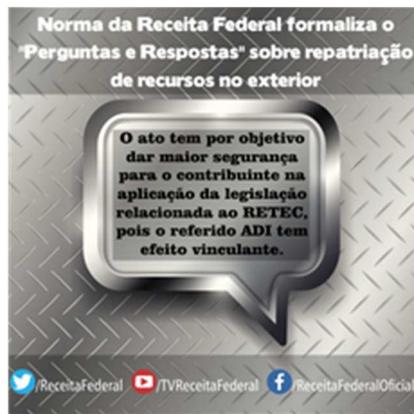
*Secretaria de Comunicação Social - Procuradoria-Geral da República*

*(61) 3105-6404/6408*

[RFB - Receita Federal do Brasil](#)

## **Norma da Receita formaliza o "Perguntas e Respostas" sobre repatriação de recursos no exterior**

*O prazo de adesão ao regime teve início no dia 4 de abril e a data limite é 31 de outubro de 2016*



12/07/2016 - Foi publicado hoje, 12 de julho, o [Ato Declaratório Interpretativo nº 5 \(ADI RFB nº 5 - 2016\)](#), que formaliza o conteúdo do "Perguntas e respostas" sobre repatriação de recursos no exterior atualmente publicado na página do órgão na Internet. O ato tem por objetivo reforçar o caráter normativo do "Dercat - Perguntas e Respostas" do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), e dar maior segurança para o contribuinte na aplicação da legislação relacionada ao regime especial, pois o referido ADI tem efeito vinculante.

O prazo de adesão ao regime teve início no dia 4 de abril e a data limite é 31 de outubro de 2016. A RFB acompanha permanentemente as demandas da sociedade para prestar tempestivamente as orientações essenciais para que o contribuinte possa exercer a opção pelo RERCT.

Para mais informações sobre o RERCT [clique aqui](#)

Para acessar o "Perguntas & Respostas" [clique aqui](#)

Fonte: Receita Federal do Brasil

